

EMENDA Nº - CMMPV 1323/2025
(à MPV 1323/2025)

Dê-se nova redação ao inciso III do *caput* do art. 3º da Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, como proposto pelo art. 1º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“**Art. 3º**

.....

III – ao impedimento de requerer qualquer benefício previdenciário pelo prazo de cinco anos.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A inclusão da penalidade de impedimento de requerer qualquer benefício previdenciário pelo prazo de cinco anos tem como objetivo coibir fraudes e condutas irregulares no acesso a benefícios públicos, assegurando a correta destinação dos recursos previdenciários e a integridade do sistema.

O prazo de cinco anos confere proporcionalidade e efetividade à sanção, garantindo que sua aplicação tenha impacto dissuasório suficiente, sem se tornar excessiva. Além disso, promove a isonomia e a justiça social, ao proteger o direito daqueles que cumprem as regras e dependem legitimamente dos benefícios previdenciários, fortalecendo a credibilidade e a sustentabilidade do sistema.

Sala da comissão, 11 de novembro de 2025.

Deputado Sidney Leite
(PSD - AM)

